



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/04/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. EVENTOS.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	4 - 5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	6 - 7

Mais polêmica

O TSE resolveu regulamentar a escolha de membros das seccionais da OAB para compor o pleno dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A Resolução 23.518/2017 impede, por exemplo, que parentes de desembargadores – até o terceiro grau – entrem nas listas tríplices escolhidas nos Tribunais de Justiça.

A regra, que o próprio TSE já seguia apenas como jurisprudência – impede também que advogados com menos de 10 anos de atuação possam concorrer aos cargos nos TREs.

Lista tríplice

A Resolução do TSE praticamente inviabiliza, de uma vez por todas, uma das listas tríplices escolhidas em 21 de setembro pelo TJ-MA.

Composta pelos advogados Daniel Leite, Gabriel Ahid Costa e Gustavo Villas Boas, a lista estava sub judice no TSE mesmo antes da existência do documento.

Leite foi impugnado por um colega, Ahid tem menos de 10 anos de serviço comprovado e Villas Boas é sobrinho do desembargador Antonio Bayma Araújo.

Semana da Infância



O Maranhão prepara-se para a II Semana da Infância, de 15 a 19 de maio, com programação a ser encabeçada pelo Tribunal de Justiça. O evento, realizado de forma pioneira pelo Judiciário maranhense, é alusivo ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes (18 de maio).

As ações têm o apoio da Corregedoria Geral de Justiça, do Ministério Público e prefeituras municipais. Além de divulgar práticas adotadas pela Justiça maranhense em prol da causa social, as varas de comarcas de todo o Estado se concentrarão no julgamento do maior número de processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis. Também são pautadas ações em trâmite nas Varas de Família.

Na primeira edição, participaram mais de 30 juízes com cerca de 400 processos. Nas diversas comarcas, são realizadas caminhadas, passeatas, abordagens e distribuição de materiais informativos, como cartilhas sobre Depoimento Especial (técnica especial utilizada por profissionais para coletar declarações dos menores, no momento da audiência).

Inscrições para exposição

O Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) receberá inscrições, de 3 a 20 de abril, para a IV Exposição Fotográfica Integração e Cidadania - "Um amor de mãe", que será aberta no dia 8 de maio e vai até 12, como parte das comemorações pelo Dia das Mães. Informações sobre as inscrições pelo telefone (98) 3194-5831.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 23/2017
Processo nº 31697/2016

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de equipamento BLADE IBM; **Abertura:** 28/04/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 06 de abril de 2017.

André de Sousa Moreno
Pregoeiro.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 22/2017

Processo nº 19.552/2016

Objeto: Registro de preços para Contratação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva em condicionadores de ar tipo Split e janela, para atender às demandas do Fórum da Comarca de Imperatriz/MA; **Abertura:** 28/04/2017 às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261-6181.

São Luís/MA, 10 de abril de 2017.

Allyson Frank Gouveia Costa - Pregoeiro TJMA.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Reforma da legislação penal

Os brasileiros continuam sofrendo com a falta de iniciativas das autoridades para um tratamento mais rígido à criminalidade e com a fragilidade daquele que deveria ser o mais atual do conjunto de leis: o Código Penal.

Com os crimes de grande repercussão, que causam a indignação da sociedade, surge a discussão sobre as bases jurídicas do enfrentamento da violência, cujas soluções passam também pelas reformas na legislação penal, para agilizar o julgamento de criminosos.

Criado em 1940, por meio do Decreto-Lei 2.848, editado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, o Código Penal não consegue mais cumprir seu papel coercitivo e as leis que foram aprovadas para melhorar sua eficácia acabaram transformando o referido diploma legal numa verdadeira colcha de retalhos.

A reforma do Código Penal patina no Congresso Nacional desde 2011. Os parlamentares sequer conseguiram compilar as normas criminais vigentes no país, para analisar e excluir as leis que não se adequariam com o Estado Democrático de Direito.

A inércia do Congresso Nacional desmoronou o sonho de avançarmos em prol de um Direito Penal constitucional, uma vez que o nosso Parlamento Federal nos apresenta novamente uma realidade infeliz com políticos tentando nos impor uma lei populista e eleitoreira.

Os políticos têm rejeitado sistematicamente propostas legislativas importantes que trariam avanços benígnos ao País. Eles preferem priorizar um Código populista que, ao invés de corrigir erros passados, cria novos erros que comprometem a eficácia da legislação penal e contribuem para que o Estado continue ausente na garantia dos direitos básicos dos cidadãos.

Diante da redação deplorável do projeto do novo Código Penal, percebe-se claramente que a reforma não está sendo feita em prol da sociedade, que precisa de leis e normas para regular a convivência entre os cidadãos, a fim de preservar seus direitos pelo bem da coletividade. Sendo assim, as leis devem ser formuladas conforme as necessidades da população.

O projeto do novo Código Penal é alvo de críticas desde quando começou a ser elaborado. Problemas estruturais, somados à falta de técnica legislativa e filiação doutrinária coerente, tornaram a sua reforma um retrocesso pelo texto estruturalmente inconsistente.

Há cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o projeto do novo Código Penal corre o risco de não cumprir o seu relevante papel social, caso venha a ser aprovado com uma redação que não consegue definir claramente o que é e o que não é crime.

A especificação de crimes feita sem critério, sem o mínimo de proporcionalidade, manterá o sentimento de injustiça presente hoje na sociedade brasileira. É um projeto anacrônico com imperfeições técnicas que podem comprometer o devido processo legal.

O texto elaborado reflete a ausência de qualquer tipo de compromisso moral e ético do Parlamento com as questões de interesse da sociedade. Da forma como está sendo conduzida, a reforma do novo Código Penal não trará nenhum resultado prático para o País na redução dos índices alarmantes de criminalidade.

Reforma

Somente uma ampla e urgente reforma política ajudará o País a superar de vez as distorções que levaram as instituições políticas ao estado de descrédito quase absoluto que vivem atualmente...

Anomalia

...Uma reforma política profunda ajudará a superar o quadro de anomalia social que vive o país. O Brasil é posto em segundo plano pelas figuras daqueles que maculam a imagem de um povo que ama sua Nação.

Aposentadoria

Pressionados por gastos familiares crescentes, trabalhadores com mais de 65 anos adiam a aposentadoria, muitos para sustentar filhos adultos desempregados. Esse segmento já ocupa 18% das vagas de trabalho.

Imposto

A carga tributária no Brasil é o dobro da dos países emergentes. Se considerarmos que a carga tributária nominal é de 38% e que há uma sonegação de 40%, então quem paga imposto está suportando uma carga real de 50%.

Curral

Denúncias apontam a crescente utilização política das faculdades

particulares de Direito com fins eleitoreiros. A classe política – que antes buscava criar currais eleitorais por meio do sistema de comunicação – utiliza hoje uma nova forma de curral eleitoral, mediocrizando a qualidade do ensino jurídico.

Escândalos

Os escândalos com as delações premiadas envolvendo personagens da intimidade palaciana mostram a “decomposição moral” da República. Há muito tempo, os escândalos envolvendo políticos incomodam a população.

Globalização

O perfil do advogado está mudando nos novos tempos. Por força da globalização perdeu-se no tempo o conceito do profissional debruçado atrás de uma mesa pensando nas dezenas de processos. Hoje, o mercado está mais exigente e busca profissionais especializados.

Exame de Ordem

O Exame de Ordem é imprescindível tanto para garantir maior segurança aos profissionais quanto para a sociedade, que, ao recorrer aos advogados, saberá que está contratando alguém preparado para fazer valer o seu direito.